



Campanha Salarial 2005

Governador,

E Agora?

Dinheiro tem.

Confira no Diário Oficial de 31 de maio: a despesa com pessoal representa 42,78% da arrecadação do estado. Isso significa que o governador pode gastar com aumento de salário até R\$ 1,9 bilhão sem atingir o tal limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: MAIO DE 2004 A ABRIL DE 2005 - 1º QUADRIMESTRE 2005

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	VALORES CONTABILIZADOS DE MAIO DE 2004 A ABRIL DE 2005	RELAÇÃO PERCENTUAL SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos 12 últimos meses	22.336.591	42,78%
Limite Legal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	25.582.061	49,00%
Limite Prudencial (único, art. 22 da LRF)	24.302.958	46,55%

	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	110.233.723	211,14%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal Nº 40-2001	104.416.574	200,00%

	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	10.543.497	20,20%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal Nº 40-2001	16.706.652	32,00%

	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	94.114	0,18%

PARALISAÇÃO

Assembléia Geral

17 de junho na SES

RESPEITO
PELAS PESSOAS É:
SALÁRIO DIGNO E
CONDIÇÕES DE TRABALHO!

As reuniões com a Secretaria da Saúde



Desde que entregamos nossa pauta de reivindicações ao governo em 23 de março, tivemos três reuniões com a Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria Estadual da Saúde para tentar abrir negociação sobre nossa pauta de reivindicações. Como todos sabem, o governo não apresentava nenhuma proposta.

Na última reunião, dia 30 de maio, o coordenador de Recursos Humanos, Paulo Seixas, informou que enviou um estudo para o go-

vernador propondo reajuste salarial diferenciado entre as categorias.

Assédio Moral

Quanto ao assédio moral, será criado um grupo para estudar medidas que resolva o problema.

A SES sugeriu que o tema fosse incluído no projeto Qualidade de Vida que trata da saúde do trabalhador, departamento médico, entre diversos assuntos para a melhoria de vida do trabalhador público da saúde. Segundo o coordenador,

há um alto índice de doença ocupacional entre os trabalhadores públicos da saúde bem como doença mental, diabetes e obesidade.

Não aceitamos discutir o tema dentro do projeto Qualidade de Vida. O assédio moral é um problema não somente de saúde e condições de trabalho, mas principalmente de relações do trabalho. Há locais em que as condições são ideais e mesmo assim é gran-

de a incidência do assédio moral.

Como é um assunto que o secretário da saúde faz questão de resolver. A SES propôs iniciar a discussão sobre o assédio moral e a primeira reunião foi no dia 1º de junho.

Esperamos que desta vez o problema não tenha que entrar em nossa pauta de reivindicações novamente.



Denuncie o Assédio Moral

A denúncia é a melhor arma contra o assédio moral.

Um funcionário do Instituto Emílio Ribas denunciou recentemente ao Sindsaúde-SP o assédio moral que sofreu por uma chefia. O Sindicato questionou o fato

formalmente à direção do hospital. O resultado dessa ação foi a retratação pública da chefia.

Vamos acabar com o assédio moral nos locais de trabalho. Denuncie ao Sindsaúde-SP. Estamos atentos!

Negociação das cláusulas sociais no MPT

Na tarde do dia 25 de maio, véspera do feriado de Corpus Christi, o Sindsaúde-SP recebeu ofício do Tribunal Regional do Trabalho para comparecer a uma audiência pública no dia 30 de maio, às 15 horas, para tratar da possível greve que poderia ser decretada pelos trabalhadores públicos da saúde.

Na audiência, o Ministério Público do Trabalho expôs sua preocupação (MPT) com a possibilidade de paralisação do atendimento da saúde à popula-

ção. Ouvimos a mesma argumentação que já conhecemos de outros anos: greve na saúde é uma greve que causa sofrimento à população e etc. Porém desta vez houve um avanço.

Além de ser a primeira vez em que fomos convocados antecipadamente. O MPT propôs intermediar a negociação entre trabalhadores e governo sobre cláusulas sociais, como extensão da GEA aos trabalhadores em licença médica e condições de trabalho. Se essa proposta for concretizada, poderemos construir um primeiro acordo

coletivo no setor público da saúde estadual.

Essa iniciativa do MPT está baseada na emenda constitucional 45 que permite ao TRT, apesar de não poder julgar cláusulas financeiras, julgar cláusulas sociais. O governo concordou com a iniciativa.

Com a concordância das partes – Governo e Sindsaúde-SP, a primeira audiência está marcada para o dia 8 de junho no MPT quando levaremos todas as nossas reivindicações pendentes e consideradas sociais.



Assembléia dos trabalhadores da Saúde na Alesp dia 31 de maio

R\$ 1,9 bilhão!

Com recursos e sem impedimento legal, por que o governador nos enrola?

Aquilo que nós falávamos desde o ano passado agora o próprio governo teve que admitir: há recursos para dar aumento de salário.

A desculpa de que não havia recursos ou de que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impedia está totalmente desmascarada.

Diário Oficial

Inclusive o relatório do governo, publicado no Diário Oficial do Estado (31/05/05, Seção I, página 1), não deixa dúvidas: o governador Alckmin gasta com pessoal apenas 42,78% do que arrecadou nos últimos doze meses. É o estado brasileiro com a menor despesa com pessoal para atender 40 milhões de cidadãos - é o estado com a maior população do país. Não é à toa que se vê diariamente na imprensa denúncias sobre o descaso deste governo com os usuários da saúde pública no estado, apesar das propagandas oficiais.

Sem impedimento

A LRF determina que o governo pode comprometer até 49% do que arrecada com folha de pagamento. E se essa despesa atingir 46,5%, fica impedido de dar novos aumentos salariais. Atualmente, a despesa está em 42,78%. Isso significa que sem nenhum tipo de impedimento ele pode gastar R\$ 1,9 bilhão.



Dinheiro mais do que suficiente para atender a nossa reivindicação de 25% de reposição salarial que representa menos de 400 milhões.

O governo disse à imprensa que pretende apresentar uma proposta, mas não definiu a data em que pretende conceder o reajuste ao funcionalismo e não há percentual único. Além disso, o secretário Arnaldo Madeira declarou que nós queremos o céu e eles estão na terra. (Jornal da Tarde, 23/05/05).

Não reivindicamos o céu. Queremos somente sair do inferno em que sobrevivemos há mais de 10 anos.

Nossa campanha

Desde que começamos nossa campanha salarial, fomos construindo nossa mo-

bilização. Realizamos três assembleias gerais, assembleias e reuniões locais e regionais, buscamos o apoio dos vereadores e deputados na Assembleia Legislativa e nas Câmaras Municipais, conversamos com os usuários e a população em geral, distribuímos nossa carta aberta, fizemos um abaixo-assinado contra o assédio moral, entregamos o documento a diversas entidades públicas comprometidas com a melhoria da prestação dos serviços da saúde pública e divulgamos nossa campanha para a imprensa.

Mobilização

Agora estamos em um momento extremamente importante. Vamos expor esse governo ao máximo. Vamos mostrar os dados da saúde

à imprensa e para os vereadores nas câmaras municipais. Vamos conversar com os usuários, mostrando as condições precárias de trabalho e atendimento a que todos nós - trabalhadores e usuários - somos submetidos pelo descaso do governo estadual com a saúde.

Vamos pressionar o governo para que apresente uma proposta rapidamente. Aí com essa proposta, decidiremos se aceitamos ou rejeitamos, inclusive podendo usar a nossa maior forma de luta que é a greve.

Informe-se sobre todas as atividades de nossa Campanha Salarial. Procure as Comissões Sindicais de Base e o diretor do Sindaúde-SP. Ajude a eleger o Comando de Mobilização Local. Participe. Somente nossa união faz a diferença.

Fim do assédio moral



Reposição das perdas salariais e incorporação das gratificações ao salário



Melhores condições de trabalho e atendimento à população



Jornada de 30 horas semanais para todos



Plano de Carreira Aumento do vale-refeição de R\$ 4 para R\$ 10



Manutenção do emprego e contratações através de concurso



Pela melhoria do atendimento do Iamspe



Extensão do Prêmio de Incentivo para trabalhadores municipalizados, do HC/SP, HC/RP e do Instituto Dante Pazzanese

Campanha Salarial Unificada

Deliberações da Assembléia Geral de 31 de maio

1 Criação dos Comandos locais e regionais para construir a mobilização, com eleição dos representantes, e reunião do Comando Regional no dia 10 de junho na sede do Sindsaúde-SP para avaliação do movimento e da reunião no Ministério Público.

2 Paralisação de 24 horas em todos os locais de trabalho no estado a partir da zero hora do dia

17 de junho e realização de Assembléia Geral em frente à Secretaria Estadual da Saúde, às 10 horas.

Fotos: Parizotti



31 de maio
Assembléia
Geral na Alesp



Departamento Jurídico

Trabalhadores do Consaúde

O Sindsaúde-SP ganhou mais um processo trabalhista. Desta vez em favor de trabalhadores do Consaúde (Consórcio Intermunicipal do Vale do Ribeira), antigo Codivar.

A justiça negou recurso da empresa e manteve a sentença favorável do pagamento dos depósitos do FGTS aos trabalhadores.

Este é um compromisso do Sindsaúde-SP: lutar pelos direitos dos trabalhadores da saúde no estado de São Paulo.

Ações pagas: correção monetária

Continuamos a pagar as ações trabalhistas. Desta vez referentes ao Processo nº 90/95 sobre correção monetária. O pagamento foi para os trabalhadores da saúde da região de Limeira.

Cada conquista significa um passo a mais na direção de melhores dias para todos nós trabalhadores públicos da saúde no estado de São Paulo. Por isso não podemos deixar de registrar e compartilhar mais uma vitória.

Sindsaúde-SP



Alesp - Audiências Públicas

Prestação de Contas do Estado

A audiência pública em que o secretário da Fazenda deve falar sobre as finanças do estado está marcada para o dia 9 de junho na Alesp. Estaremos presentes para acompanhar a apresentação. É uma importante oportunidade

de para nos apropriarmos sobre o assunto e pressionarmos governo e deputados da base governista para que nossa pauta de reivindicações seja atendida. Participe. Vamos mostrar nosso descontentamento.

Apoio da Comissão de Saúde

No dia 31 de maio, apresentamos formalmente nossa pauta de reivindicações na Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa (Alesp). Na ocasião, o presidente Waldir Agnello e os deputados Beth Sahão e Carlos Neder se propuseram oficialmente a intermediar junto ao governador do estado atenção as nossas reivindicações dos trabalha-



dores, buscando melhorar as condições de vida e trabalho dos funcionários públicos da saúde no estado e assim melhorar o atendimento à população paulista.

Agenda de junho

- Dia 1º** - Primeira reunião com a Secretaria Estadual da Saúde sobre o assédio moral visando uma solução concreta e definitiva para eliminar essa violência dos locais de trabalho na área da saúde no estado de São Paulo
- Dia 7** - Audiência Pública da Comissão de Saúde da Alesp sobre o Sistema Único de Saúde com a participação de representantes do Ministério da Saúde, da Secretária Estadual da Saúde, do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo e dos hospitais filantrópicos.
- Dia 8** - Primeira audiência sobre as cláusulas sociais no Ministério Público do Trabalho com a participação de representantes do governo e do Sindsaúde-SP
- Dia 9** - Audiência Pública sobre finanças do estado na Assembléia Legislativa
- Dia 10** - Reunião do Comando Estadual de Mobilização na sede do Sindsaúde-SP para avaliação do movimento
- Dia 17** - Paralisação de 24 horas em todo o estado e Assembléia Geral em frente à Secretaria Estadual da Saúde